

CORREIO GRANDE SP

Bruno Netto/Câmara de Guarulhos



Vereadores durante a Sessão da Câmara de Guarulhos

Câmara de Guarulhos aprovou seis propostas da Prefeitura

Guarulhos aprovou, em segundo turno, seis Projetos de Lei da Prefeitura. O PL 101/2026, sobre o Sistema, a Política e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; os PLs 122/2026 e 123/2026, que alteram as nomenclaturas dos cargos públicos de Salva-Vidas para Guarda-Vidas e de Inspetor Fiscal de Rendas para Auditor Fiscal; o PL 124/2026, sobre a doação de área à Fazenda do Estado de São Paulo para construção escolar; o PL 125/2026, que trata da desafetação de área pública no bairro Lavras; e o PL 135/2026, sobre a ratificação do 1º Termo Aditivo do CONDEMAT. Todas as propostas serão enviadas para sanção do Executivo. Além disso, foi decidido a manutenção do Veto Parcial sobre o PL 468/2025

Derrite é tema de homenagem

Em primeira discussão foram aprovados os PLs 89/2026, que institui o Programa Imóvel Regular, o PL 136/2026 sobre o Código de Posturas de Guarulhos e o PL 3898/2023 sobre a Política de Prevenção e Combate às Amputações em Pacientes Diabéticos. No Grande Expediente, foram deliberados um PL e um Decreto Legislativo 14/2026, que concede o título de cidadão guarulhense a Guilherme Muraro Derrite, proposto por Daniel Santos (PP).

Divulgação/Câmara de Mogi das Cruzes



Poliana de Lima Noronha será diretora da instituição

Mogi lança a Escola do Legislativo

A Escola do Legislativo de Mogi foi lançada, buscando aproximar a população das atividades parlamentares e ampliar a capacitação de servidores da Casa. O evento contou com a presença de vereadores e integrantes da Comissão de Educação, que acompanharam a apresentação da nova iniciativa. A servidora Poliana de Lima Noronha foi nomeada diretora do instituto, que terá Thiago Antônio Batalha como vice-diretor e coordenador pedagógico. Segundo Poliana, a escola busca firmar parcerias com instituições como a ABEL e o Interlegis.

Foco da Escola

O foco inicial da Escola do Legislativo será a oferta de cursos em parceria com instituições externas, incluindo formações com certificação da ENAP, voltadas para servidores e população em geral. Além disso, estão em elaboração o Regimento Interno e o Planejamento Pedagógico da escola. Parlamentares elogiaram o projeto e ressaltaram a aproximação da Câmara da população.

Cotia I

O novo Ponto Humanizado Inclusivo de Cotia foi inaugurado no Centro da cidade. Um espaço que oferece conforto e acessibilidade, reunindo tecnologia e serviços como climatizadores, mini biblioteca, Wi-Fi gratuito, carregadores de celular, espaço sensorial, acessibilidade e monitoramento 24 horas.

Cotia II

O equipamento conta com o programa Cotia com Sinais, que oferece atendimento em Libras por videochamada, e um espaço sensorial. Além disso, o ponto conta com um totem de emergência e 11 câmeras que são integradas à Central da GCM. A obra foi executada por contrapartida urbanística de R\$ 672,3 mil.

Suzano I

O vereador João Batista Nogueira de Azevedo (PRD), apresentou um PL na Câmara que torna obrigatória a disponibilização do PIX como forma de pagamento na Zona Azul. A proposta busca modernizar o sistema de estacionamento rotativo, facilitando a rotina dos motoristas que não usam o aplicativo atual.

Suzano II

Segundo o parlamentar, a falta de alternativas pode gerar notificações e multas que poderiam ser evitadas. Ele afirma que o PIX, por ser uma das formas de pagamento mais usadas no país, tornaria o processo mais rápido e acessível, reduzindo dúvidas no atendimento e melhorando a experiência dos usuários. O PL está em análise.

Barueri I

A nova gestão do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência em Barueri foi empossada na sede da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Sads). O órgão amplia e qualifica o atendimento aos menores.

Barueri II

O Comitê é formado por representantes das secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Segurança, Mulher, Família, Esporte e Cultura. Também participam membros dos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, Assistência Social, Saúde e Educação.



Debate abriu espaço para sugestões e questionamentos

Câmara debate Plano Diretor de Santo André

A reunião discutiu sobre o desenvolvimento da cidade

Da Redação

Santo André realizou uma audiência pública para debater o Projeto de Lei do Executivo 17/2026, que institui o novo Plano Diretor da cidade. A reunião contou com vereadores, representantes do Executivo, especialistas e moradores, que discutiram as diretrizes que vão orientar o desenvolvimento urbano da cidade. A mesa dos trabalhos foi composta pelo presidente da Câmara, vereador Carlos Ferreira (MDB); pelo presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, vereador Clóvis Girardi (PT); e pela secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marília Formoso Camargo.

Na apresentação técnica, Marília Formoso Camargo explicou que o novo Plano Diretor abrange temas que não estavam sendo contemplados na legislação vigente, como mudanças climáticas, gestão integrada de riscos e resiliência urbana. De acordo com a secretária, a proposta busca conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Os pontos principais apresentados foram o incentivo à produção de habitação de interesse social em áreas mais centralizadas, a criação de mecanismos para proteção do patrimônio cultural, a consolidação de corredores comerciais, a integração das políticas de saneamento ambiental e a

adoção de medidas para adaptação às mudanças climáticas.

A audiência também abriu espaço para questionamentos dos vereadores e do público presente.

O vereador Dr. Fábio Lopes (CIDADANIA) trouxe preocupações sobre a verticalização na infraestrutura urbana, questionando como a cidade vai garantir a capacidade das redes de abastecimento de água e energia diante deste caso. O parlamentar defendeu incentivos para projetos de retrofit com sustentabilidade.

Em resposta, Marília Formoso informou que estas questões serão detalhadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, destacando que o novo Plano Diretor autoriza a elaboração de uma legislação específica para retrofit.

O vereador Ricardo Alvarez (PSOL) defendeu ferramentas que estimulam a ocupação de imóveis vazios e a ampliação da conexão entre o desenvolvimento econômico e os centros de inovação da cidade. Já o parlamentar Tiago Nogueira (PT) sugeriu incorporar ao Plano Diretor temas como infraestrutura para veículos elétricos e a adaptação da cidade ao envelhecimento.

Durante o debate, Marília Formoso afirmou que o projeto amplia as ZEIS em áreas de mananciais e mantém o remanejamento interno das famílias. Também explicou que pequenos comércios poderão ser incluídos na regularização fundiária.